

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

PAULO DE TARSO DUTRA LIMA JUNIOR

Matrícula 119687

**O USO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA A CONCESSÃO DE
CRÉDITO BANCÁRIO A EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado em cumprimento parcial
às exigências do Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul - UFRGS, para
obtenção do diploma de graduação.

Orientador: Professora Vera Maria Fleck

Porto Alegre, julho de 2010.

O USO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO A EMPRESAS

Paulo de Tarso Dutra Lima Junior*

RESUMO

A crise econômica mundial, decorrente dos problemas no mercado *subprime* norte-americano, evidenciou a importância da avaliação de riscos na hora de conceder crédito. Uma eficiente análise econômico-financeira da empresa solicitante de crédito tem grande valia para o êxito da operação, ou seja, o retorno do capital emprestado, num mercado com altas taxas de inadimplência. Como parte fundamental para uma correta análise econômico-financeira está o uso das demonstrações contábeis para geração de índices e/ou informações relevantes para a tomada de decisão de concessão de crédito bancário.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Crédito – Crédito Bancário – Concessão de Crédito
– Risco de Crédito – Análise das Demonstrações Contábeis

Aluno da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Curso de Ciências Contábeis

1. INTRODUÇÃO

Uma instituição financeira possui como principal produto a concessão de crédito, que constitui-se na principal forma de fomento econômico no Brasil. A instituição financeira, porém, mais do que preocupada apenas com o desenvolvimento econômico do país, busca o retorno do capital investido por seus acionistas, do qual depende sua própria sobrevivência.

Emprestar significa confiar a alguém alguma coisa, para que faça uso dele durante um certo tempo, restituindo ao dono posteriormente; ou ceder, dar a juros. O risco de crédito é a probabilidade de perda de um capital emprestado e seus encargos. Este é inerente à atividade bancária creditícia, não podendo, portanto, ser eliminado.

Diante da impossibilidade de se eliminar o risco de crédito, os bancos buscam ter um conhecimento maior da empresa tomadora, para que se tenha confiabilidade de emprestar com segurança. Este maior conhecimento da empresa tomadora é feito através da análise de crédito, onde é feita a análise de demonstrativos contábeis e indicativos financeiros, com o objetivo de identificar, averiguar e sistematizar informações sobre o tomador, conhecendo sua *performance*, solidez, estrutura financeira, liquidez e capacidade de pagamento, entre outros.

Este trabalho visa averiguar a eficácia dos instrumentos utilizados para a análise da concessão de crédito nas instituições financeiras.

2. GESTÃO DE RISCO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.1. RISCO

O risco é definido por GITMAN (2002) como “*a probabilidade de prejuízo financeiro ou então a variabilidade de retornos associada a um determinado ativo*”. O risco sempre estará presente em qualquer operação de crédito, não há crédito sem risco,

pois sempre existe a possibilidade de que fatores inesperados e adversos possam ocorrer e inviabilizar o cumprimento da obrigação estabelecida.

O risco assumido tem de ser calculado e os critérios de gestão de risco vão desde os princípios que serão observados na análise e priorização de clientes e negócios, até aqueles relativos à composição e ao acompanhamento da carteira que estipula as concentrações máximas admitidas em cada classe de cliente quanto ao porte, ramo e risco.

O gerenciamento de risco de crédito dos portfólios bancários é realizado através de modelos de risco de crédito, que estimam as perdas esperadas em um portfólio de crédito. Esta metodologia é muito similar àquela implícita nos modelos de *Value at Risk* (VaR) utilizadas por grupos de administração de risco de mercado. O conceito de *Value at Risk* procura traduzir numa única medida, a expectativa das possíveis perdas de uma carteira, dentro de um determinado nível de confiança e num intervalo de tempo, tudo isso dentro de condições normais de mercado. O VaR é um número associado a um nível de confiança e não um limite máximo de perdas.

Outra metodologia muito utilizada é o *Risk Adjusted Return on Capital* (RAROC), trata-se de uma mensuração da rentabilidade baseada no risco, sendo base para a análise do desempenho do ajuste de risco e provendo uma visão consistente da rentabilidade cruzada com os negócios.

Pela sua relevância, a gestão de riscos é modernamente uma das mais importantes áreas da administração dos bancos e abrange todas as áreas da organização.

2.2. PRINCIPAIS RISCOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os bancos estão numa atividade financeira em que os riscos estão permanentemente presentes. A capacidade de administrar esses riscos (evitando-os ou exigindo a devida remuneração) de forma eficiente, eficaz e responsável é o que vai definir sua sobrevivência num mercado altamente competitivo. A regulamentação bancária, tanto nacional quanto internacional, faz exigências de capital mínimo para cobrir perdas inesperadas nos negócios, esta regulamentação também contribuiu para a evolução da gestão e do controle de riscos.

Os riscos podem ser classificados de diversas formas, segundo as necessidades e objetivos pretendidos. Os principais riscos a que estão submetidas as instituições financeiras são:

- Risco de Crédito:

Está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas aqui estão relacionadas aos recursos que não serão recebidos.

- Risco de Liquidez:

Está relacionado à capacidade da instituição levantar o caixa necessário para atender exigências de caixa, margem e garantias das contrapartes e de satisfazer as retiradas de capital no prazo necessário, ou seja, é a incerteza quanto a possibilidade de transformar rapidamente os investimentos em dinheiro.

- Risco de Mercado:

O risco de mercado depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Pode ser definido como uma medida numérica da incerteza relacionada aos retornos esperados de um investimento, em decorrência de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

- Riscos Operacionais:

O risco operacional pode ser definido como uma medida numérica da incerteza dos retornos de uma instituição caso seus sistemas, práticas e medidas de controle não sejam capazes de resistir às falhas humanas, danos à infra-estrutura de suporte, utilização indevida de modelos matemáticos ou produtos, alterações no ambiente dos negócios.

- Risco País ou Soberano:

Risco país é um indicador utilizado para orientar os investidores estrangeiros a respeito da situação financeira de um mercado emergente. Está relacionado a possibilidade de perdas em razão da situação econômica do país onde se realizou o investimento.

- Risco Sistêmico:

O risco sistêmico pode ser entendido como o risco de que um banco não tenha recursos suficientes para pagar outro, fazendo que este outro não pague um terceiro banco e assim provocando uma reação em cadeia, que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro.

- Risco Legal:

O risco legal é a possibilidade de perdas pela falta de cumprimento das leis, normas e regulamentos. É a possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de dispositivos legais ou regulamentares.

3. CRÉDITO

O crédito tem a sua origem etimológica no termo latino *creditum*, *credere* que significa acreditar/confiar. A confiança é um elemento base e fundamental em toda e qualquer operação de crédito, ou seja, a convicção firme por parte de quem empresta de que quem pede emprestado vai restituir a coisa emprestada ou pagar o seu valor equivalente na data ou época acordada.

O crédito surgiu nas sociedades muito antigas, que eram voltadas exclusivamente para as atividades rurais e agrícolas, onde o prazo entre o plantio e a colheita determinava a necessidade de antecipação de entrega de sementes e implementos agrícolas aos produtores. Mais tarde, na Grécia Antiga, após o surgimento do dinheiro, as atividades comerciais deram origem às primeiras instituições bancárias, que passaram a realizar operações de crédito sob diversas formas, embora muito longe das formas praticadas atualmente. (LEMES JR, 2002)

Segundo SCHRICHEL (2000), crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, depois de decorrido o tempo estipulado. Sendo um ato de vontade, sempre caberá ao cedente do patrimônio a decisão de cedê-lo ou não. E que esse processo, por envolver expectativa, é associado à noção de risco.

Crédito é a obtenção de recursos no presente sem efetuar um pagamento imediato, sob a promessa de restituí-los no futuro nas condições previamente

estabelecidas. Na sua essência, o crédito é um contrato bilateral: uma parte que empresta outra que pede emprestado e promete pagar em certo tempo acordado, aqui nasce a operação de crédito.

3.1. CONCESSÃO DE CRÉDITO

Segundo TORRES (1993) a função financeira de crédito é a administração de ativos com a disposição de assumir riscos, visando obter o melhor resultado possível. Para isso, a instituição deve definir uma política de crédito que orienta de forma geral todos os envolvidos direta ou indiretamente nas decisões de aplicações dos ativos da instituição, propiciando uma atuação efetiva na busca de seus objetivos

A atividade de concessão de crédito baseia-se em informações e decisões. As decisões devem ser práticas, ou seja, claras e rápidas. Portanto, a política de crédito deve ser flexível, mutável ao longo do tempo e auxiliadora na concretização dos negócios.

Conforme BARALDI (1990), uma política de crédito, deve, em uma instituição financeira, passar pelas seguintes definições:

1 – Mercado Alvo: parâmetro que define quais os tipos de clientes serão aceitos quanto ao porte, setor e ramo da economia, além da seleção da situação econômico-financeira dos clientes com que se pretende trabalhar.

2 – Critérios de Aceitação do Risco: devem existir parâmetros que visem produzir a lucratividade esperada pelos acionistas e mantenham a credibilidade da instituição junto ao mercado.

3 – Critérios de Impedimento: estabelecem restrições que impedem o cliente de operar com crédito.

4 – Critérios de Análise de Clientes: estabelecem quais os pontos de análise relevantes para cada tipo de cliente.

5 – Concessão de Limite de Crédito e Operações de Crédito: separar a análise do cliente (limite de crédito) da análise da operação de crédito, ou seja, da capacidade de retornar o investimento.

Para fazer análises sobre a capacidade creditícia de um cliente, são utilizadas diretrizes tradicionais e subjetivas, os chamados 5 C's do crédito:

1 – Caráter: é definido como o histórico do solicitante quanto ao cumprimento de suas obrigações financeiras, contratuais e morais. Refere-se à integridade moral do solicitante do crédito e se o mesmo está apto a dar seu melhor empenho para honrar o compromisso. Segundo especialistas, o caráter do solicitante é uma das mais importantes preocupações ao se tomar uma decisão de concessão de crédito.

2 – Capacidade: é o potencial do cliente para quitar o crédito tomado, a condição ou habilidade apresentada pelo tomador, para honrar seus compromissos. Refere-se a capacidade financeira da empresa de cumprir os requeridos prazos e valores do crédito solicitado. Mesmo as melhores intenções não podem compensar a falta de capacidade financeira. Análises dos demonstrativos financeiros, com ênfase especial nos índices de liquidez e de endividamento, são geralmente utilizadas para avaliar a capacidade do solicitante de crédito.

3 – Colateral: são as garantias da operação, um bem ou direito dado em garantia do pagamento do crédito concedido. As garantias constituem um fator complementar à operação de crédito, devendo-se levar em conta, em primeiro plano, o caráter do cliente e a capacidade de pagamento.

4 – Capital: a solidez financeira do solicitante, indicada pelo patrimônio líquido e lucro da empresa. Refere-se ao estudo do patrimônio da empresa, desde a provisão de receitas e despesas, passando pelos investimentos no ativo não circulante, pelo comportamento das contas do balanço patrimonial, pelo prazo das obrigações, até a análise da qualidade dos ativos.

5 – Condições: são as condições econômicas e empresariais vigentes, diversas ações interferem em seu destino, inclusive circunstâncias particulares que podem afetar as partes envolvidas na negociação. As condições avaliam o grau de exposição aos possíveis efeitos de ocorrências exógenas sobre a capacidade do cliente para saldar suas dívidas, como por exemplo, influências de variação no nível de atividade econômica, variação na taxa cambial etc.

Segundo GITMAN (2002), o analista de crédito geralmente dá maior importância aos dois primeiros C's (caráter e capacidade), uma vez que eles representam os requisitos fundamentais para a concessão de crédito a um solicitante. Já os demais C's (capital, colateral e condições) são importante para a definição do crédito e tomada de decisão final, a qual depende da experiência e do julgamento do analista. Estes critérios não devem somente determinar se pode ser concedido crédito a um

cliente, mas também estimar o montante máximo de crédito que ele pode receber, estabelecendo assim uma linha de crédito.

Assim, embora a análise de crédito deva lidar com eventos passados do tomador de crédito, as decisões de crédito devem considerar primordialmente o futuro desse mesmo tomador, principalmente quando estamos falando de pessoas jurídicas, pois a longevidade da empresa precisa ser analisada.

3. 2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é a probabilidade de que o tomador de recursos não queira ou não possa cumprir suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros da dívida. Trata-se do risco predominante nas operações creditícias.

Na determinação do risco de crédito de um cliente a instituição deve fazer avaliações de risco, e estas podem ser mais ou menos detalhadas em função do crédito em questão e o peso do mesmo em relação ao faturamento bruto do cliente.

Os bancos são as principais instituições que oferecem créditos a seus clientes, e conhecê-los bem é uma das suas principais preocupações, pois é dessa forma que é medida a necessidade de capital da empresa tomadora, a capacidade de pagamento, a necessidade de garantias, para minimizar as possíveis perdas de capital.

3.2.1 TIPOS DE RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito abrange vários riscos:

- **Risco de Inadimplência:** risco de perda decorrente da incapacidade do tomador de pagar os juros ou o principal no vencimento destes.
- **Risco de Degradação de Crédito:** riscos de perdas pela degradação da qualidade creditícia do tomador de um empréstimo, levando a uma diminuição no valor de suas obrigações.

- **Risco de Garantias:** risco de perda pela redução do valor de mercado das garantias oferecidas pelo tomador do empréstimo.
- **Risco Soberano:** risco de perda pela incapacidade de um tomador de empréstimo em honrar seus compromissos em função de uma mudança na política nacional imposta por seu país sede.
- **Risco de Concentração:** risco de perdas potenciais em decorrência da concentração da exposição de crédito em poucas contrapartes.

3.2.2 METODOLOGIAS PARA AVALIAR OS RISCOS DE CRÉDITO:

A análise e administração do risco baseiam-se no processamento das informações sobre o proponente de crédito. A avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para análise.

Existem vários métodos de análise e avaliação do risco de crédito, os mais utilizados são:

- **Método da Análise da Ficha de Crédito**

Consiste na atribuição de pontuação aos parâmetros definidos, a cada fator emite-se um valor subjetivo positivo ou negativo. Se, no final, o número de fatores com classificações positivas for superior ao dos negativos, então o parecer será favorável a concessão do crédito. É considerado o método mais simples de avaliação de risco de crédito.

A equação mais utilizada para representar o risco de crédito é:

Risco de Crédito = caráter do cliente + capacidade de gestão + valor do patrimônio + garantias de crédito + contexto do mercado

- **Método do Credit Scoring**

Análise utilizada para avaliação da qualidade de crédito de clientes, através da ponderação de vários fatores – idade, profissão, renda, atividade profissional, patrimônio, tipo de residência, entre outros, classificando os clientes em duas categorias:

- Bons Pagadores: os que, potencialmente, têm condições para honrar seus compromissos;
- Maus Pagadores: os que, potencialmente, não reúnem as condições para cumprir as obrigações do crédito.

Esse sistema dependerá da qualidade dos dados recolhidos e da inteligência do seu inter-relacionamento, além disso, é preciso processar uma grande quantidade de dados para a sua construção. A análise de dados facilita a compreensão e exploração do risco do cliente, criando estimativas precisas das probabilidades dos créditos serem pagos definindo um critério que visa à maximização das receitas e a minimização das perdas, fornecendo uma base estatística satisfatória para comprovação das decisões.

- Método do Risk Rating

Nesta metodologia é avaliada uma série de fatores, atribuindo uma nota a cada um deles e, posteriormente, uma nota final ao conjunto destes fatores analisados. Com base nesta nota final é atribuída uma classificação para o risco (*risk rating*), que determina o valor do risco de crédito que a instituição financeira dará ao tomador de crédito. Normalmente, são utilizadas escalas de 1 a 10, de 1 a 4, de A a E, e combinações de letras e números.

A grande vantagem deste tipo de análise é de que dá acesso às decisões de crédito por pessoas que não sejam especialistas na matéria da avaliação de riscos e crédito. Além disso, permite a utilização por empresas que trabalham com produtos de crédito em massa e que precisam de velocidade para o processamento de grandes quantidades de propostas num intervalo mínimo de tempo.

3.3 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

A constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa representa em qualquer empresa, uma estimativa de perda provável na realização dos créditos em atendimento aos Princípios de Contabilidade, em especial ao da Realização da Receita e Confrontação com a Despesa. Nas instituições financeiras sujeitas ao controle e fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN), esta provisão, apresenta

características específicas se comparada aos procedimentos praticados por outras empresas, em função do ativo a ser provisionado.

O Banco Central determina que os bancos comerciais façam a provisão de determinados percentuais do total de empréstimos efetuados, a fim de compor a rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD). Os critérios para o provimento da PCLD tornaram-se mais rígidos a partir da Resolução n. 2682, de 21/12/1999 do BACEN, alterando a forma de conceder crédito, uma vez que seus custos aumentaram, em função dos novos percentuais que passaram a ser utilizados na composição da rubrica PCLD e a efetiva qualidade na concessão do crédito passou a ser fundamental.

Pela Resolução anterior, os bancos realizam provisão de todo o valor da operação ao transferi-la para crédito em liquidação, o que em geral ocorria com 60 dias de atraso.

Já pela atual Resolução, as operações de crédito são classificadas em ordem crescente de risco, fazendo com que as instituições financeiras passassem a classificar as operações de crédito por níveis de risco, levando em conta aspectos da operação, do devedor e de seus garantidores. Portanto, os novos critérios exigem um melhor gerenciamento da carteira de ativos, pois a provisão é realizada desde o início da operação, de acordo com sua classificação.

4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 ASPECTOS CONCEITUAIS

A análise das demonstrações contábeis é a técnica contábil que consiste na decomposição, comparação e interpretação das demonstrações contábeis. A análise das demonstrações contábeis pode ser chamada também de análise de balanços, análise dos demonstrativos contábeis, análise financeira, relatórios financeiros, dentre outros.

Segundo MATARAZZO (2003), a análise das demonstrações visa extrair informações para a tomada de decisão. Da análise de balanços podem-se extrair informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa, que na opinião de ASSAF NETO (2006) consiste em “*relatar, com base nas informações*

contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras”. As demonstrações contábeis fornecem uma série de dados contábeis sobre a empresa e a análise de balanço transforma estes dados em informações.

4.1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

No século XIX, com o desenvolvimento industrial, as empresas passaram a ter necessidades de novas formas de capital, utilizando principalmente dinheiro do sistema bancário. Os grandes responsáveis pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da análise de balanço foram os banqueiros norte-americanos, que em 1895, passaram a solicitar aos tomadores de empréstimos que apresentassem as demonstrações financeiras. A prática foi muito bem aceita, e por exigir, de início, apenas o balanço patrimonial para a análise, é que se introduz a expressão Análise de Balanços, que perdura até os dias de hoje.

Em 1915, o *Federal Reserve Board* dos Estados Unidos determinou que só pudessem ser descontados os títulos negociados das empresas que tivessem apresentado seu balanço patrimonial ao banco, esta medida consagrou definitivamente o uso das demonstrações financeiras para a concessão de crédito.

Alexander Wall, considerado o pai da Análise de Balanço, apresentou em 1919, um modelo de análise das demonstrações contábeis, através de índices. O modelo desenvolvido por Wall demonstrou a necessidade de considerar outras relações, além do Ativo Circulante contra Passivo Circulante utilizado até então, adotando o método de computar vários coeficientes para auxiliar a avaliação.

Até 1968, a Análise de Balanço era ainda um instrumento pouco utilizado no Brasil, neste ano, foi criada a SERASA, empresa que passou a operar como central de análise de balanço de bancos comerciais.

4.1.2 IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis faz com que a contabilidade venha a ter um teor mais analítico, tendo como se obter conclusões econômicas e financeiras de uma empresa, através dessa análise. Conhecer contabilidade, sem saber analisá-la, é ter um conhecimento incompleto, porque sem a análise, não conhecemos as particularidades dos componentes do conjunto. Logo, analisar sem interpretar os componentes analisados, não faz nenhuma diferença.

São inúmeras as razões que levam a analisar os demonstrativos financeiros de uma empresa, dentre elas destacam-se o levantamento de informações sobre capacidade de pagamento, endividamento, imobilização e capacidade de geração futura de lucro e fluxos de caixa para cobrir investimentos, verificar tendências e fornecer informações a administração.

Conforme MATARAZZO (2003), dentre as diversas finalidades da análise das demonstrações contábeis, as principais são:

- mensuração dos níveis de endividamento perante os fornecedores e a avaliação do prazo médio de vencimento das dívidas;
- medir a garantia dos capitais de terceiros e o equilíbrio da estrutura operacional com base nos recursos próprio;
- acompanhar o volume de vendas a prazo e o tempo médio de recebimento de seus respectivos clientes;
- verificar tendências;
- fornecer informações aos gestores quanto aos custos e despesas das atividades sociais, bem como verificar o comportamento dos negócios perante os concorrentes e expectativas do mercado consumidor, etc.

Assim sendo, a importância da análise de balanço é o acompanhamento constante dos indicadores escolhidos, e através deste acompanhamento e da tendência que, irão evidenciar, teremos seguramente uma visão real das operações e do patrimônio empresarial.

4.1.3 RELATÓRIOS CONTÁBEIS

A análise das demonstrações contábeis envolve um conjunto de demonstrações financeiras e outras informações. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício são as principais demonstrações utilizadas, a primeira é observada em um aspecto mais econômico, diferentemente da segunda que transparece a situação financeira.

Conforme MARION (2005), para ser feita a análise deve se ter todas as Demonstrações Contábeis, inclusive as Notas Explicativa e de preferência de três períodos.

Os relatórios contábeis, segundo ASSAF NETO (2006), distinguem-se em obrigatórios e não obrigatórios:

- a) Relatórios Obrigatórios: são aqueles definidos pela legislação societária, sendo mais conhecidos por demonstrações contábeis ou financeiras, como o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, e
- b) Relatórios Não Obrigatórios: não fazem parte da estrutura básica das demonstrações contábeis que devem ser elaboradas para efeitos de divulgação, sendo normalmente destinados ao uso gerencial interno, como as projeções de vendas.

A linguagem utilizada pela análise de balanços deve ser a corrente, sem fatores que compliquem os usuários dos relatórios contábeis. Conforme MATARAZZO (2003), a análise de balanços deve assumir também o papel de tradução dos elementos contidos nas demonstrações financeiras, os relatórios devem ser elaborados como se fossem dirigidos a leigos, ainda que não o sejam, isto é, sem apresentar-se carregadas de termos técnicos como acontece nas demonstrações financeiras.

4.1.4 USUÁRIOS DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O principal objetivo da análise das demonstrações financeiras é fornecer informações aos interessados sobre a real situação econômica e financeira da empresa, para garantir a tomada de decisão correta.

O Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (FIPECAFI 2007), conceitua usuário como sendo toda pessoa, física ou jurídica, que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, podendo ser tanto internos - administradores, por exemplo -, quanto externos - como bancos, fornecedores, investidores, governo.

São muitos os usuários que recorrem à análise das demonstrações financeiras para conhecer a real situação das empresas, cada um desses usuários possui um objetivo específico, dependendo dos fins a que se destinam, os principais usuários são:

- **Bancos:** procuram conhecer a capacidade econômica e financeira das entidades com as quais se relacionam, verificando o grau de endividamento e a possibilidade de liquidação desses compromissos a curto e longo prazo. Necessitam obter informações complementares sobre a futura situação dos clientes, selecionando os melhores clientes hoje e os que possivelmente o serão amanhã.
- **Clientes e Fornecedores:** buscam assegurar-se da saúde financeira e das condições de cumprir ou não os contratos firmados ou a serem firmados. O fornecedor precisa observar algo além da liquidez de seus clientes, pois as demonstrações são divulgadas uma vez por ano, e o exame das mesmas deverá proporcionar segurança pelo prazo de sua validade, ou seja, até a publicação das demonstrações do próximo ano, fazendo com que as empresas se preocupem com a rentabilidade e o endividamento de seus clientes. Estas mesmas informações são utilizadas pelo cliente para analisar a situação do fornecedor.
- **Concorrentes:** a análise dos concorrentes de uma empresa pode ser fator de sucesso ou fracasso da empresa no mercado. Decisões sobre lançamento de novos produtos, prazos de financiamento sempre são consideradas analisando-se os concorrentes, além do que a empresa deve saber qual sua posição em relação a seus concorrentes e como se situa quanto à liquidez e à rentabilidade.

- **Dirigentes:** através da análise das demonstrações financeiras dispõem de dados auxiliares para a gestão, tomada de decisões e formulação de estratégias de curto, médio e longo prazo.

- **Governo:** utiliza a análise nos seus processos de concorrência/licitações para escolha da empresa com melhor situação financeira e também para acompanhamento do desempenho das empresas concessionárias de serviços públicos. Igualmente controla as empresas públicas e autarquias e estabelece níveis de investimentos e de desempenho.

4.1.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De posse dos demonstrativos contábeis, o analista então deverá aplicar as técnicas de análise, métodos pelos quais são extraídos índices para melhor entender a situação patrimonial da entidade.

Os índices de resultados devem considerar os mais diversos fatores da própria empresa, como o perfil dos administradores, as perspectivas da empresa, as políticas adotadas na entidade, as influências dos ambientes interno e externo, entre outros. Por isso, na análise, é importante que se tenha conhecimento da empresa, pois não é a simples variável encontrada que será por si só suficiente para que o analista consiga interpretá-lo, pois é preciso vê-lo sob a luz das políticas da empresa, para então afirmar a sua situação. Algumas das técnicas mais utilizadas são as seguintes:

4.1.5.1 ANÁLISE HORIZONTAL

A análise horizontal, também chamada de análise de evolução, compara os saldos das contas do balanço atual com os respectivos saldos dos balanços anteriores, indicando a evolução, tanto positiva quanto negativa, de valores ao longo do tempo.

É chamada de horizontal por duas razões:

a) estabelece o primeiro ano ou o ano-base para a análise e a partir deste verifica qual foi a evolução nos anos seguintes;

b) preocupa-se com o crescimento ou decréscimo de itens ou conjunto de itens específicos, ou seja, não compara um item com outro no mesmo período e sim a cada período.

Por si só, a análise horizontal, não faz muito sentido, pois não se mostra muito conclusiva em relação à identificação das causas das evoluções demonstradas pela série de valores analisados, devendo por isso, sempre que possível, ser empregada em conjunto com a análise vertical.

4.1.5.2 ANÁLISE VERTICAL

A análise vertical, também chamada de análise de estrutura, consiste em estabelecer um item como base e a partir daí verificar quanto cada um dos demais itens representa em relação àquele escolhido como base. Uma das grandes utilidades da análise vertical concentra-se na verificação da estrutura de composição dos itens das demonstrações e a sua evolução no tempo, com enfoque especial, também, ao estudo de tendências.

Esta análise permite a comparação de todos os balanços patrimoniais, tanto os elaborados em datas diferentes da mesma empresa, como os elaborados por empresas diferentes, independentemente dos tamanhos, setores de atividade, data, ou moeda em que estão expressos.

Proporciona uma nítida visão de como se distribuem os investimentos de capital no Ativo, evidenciando a proporção de capital no Ativo, e mostrando a proporção de cada conta ou grupo de contas em relação ao seu total. Além disso, informa a composição das origens de capitais, com a importância de cada uma das contas, que figuram no Passivo ou no Patrimônio Líquido.

4.1.5.3 MÉTODO DOS QUOCIENTES

É um estudo comparativo entre grupos de elementos das demonstrações financeiras por meio de índices, objetivando o conhecimento da relação entre cada um

dos grupos do conjunto. A principal finalidade é permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com valores preestabelecidos, retratando, assim, o que aconteceu no passado para inferir o que poderá acontecer no futuro.

MATARAZZO (2003) alerta que o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, segundo o grau de profundidade desejada na análise. Portanto, antes de proceder a análise através de índices, é necessário responder o que se pretende com os cálculos e índices que serão encontrados.

A prática tem feito sentir que a grande contribuição deste tipo de análise está em fornecer avaliações genéricas sobre diferentes aspectos da empresa, sem descer a um nível maior de profundidade. Uma especial importância tem sido dada a esta análise quando da tarefa de previsão de insolvência. Por estas razões os índices têm sido a técnica de análise mais empregada no universo econômico e financeiro das empresas.

Para avaliar os índices, MATARAZZO (2003) enumera três maneiras:

a) Avaliação Intrínseca de um Índice: é uma avaliação grosseira, pois avalia os índices pelo seu valor intrínseco, o que é limitado e só deve ser usado quando não se dispõem de índices-padrões proporcionados pela análise de um conjunto de empresas.

b) Comparação de Índices no Tempo: a comparação dos índices de uma empresa com os valores observados nos anos anteriores revela-se bastante útil por mostrar tendências seguidas pela empresa, permitindo ao analista formar uma opinião a respeito das diversas políticas da empresa, bem como as tendências que estão sendo registradas. É fundamental em qualquer avaliação em que os índices sejam analisados conjuntamente.

c) Comparação com Padrões: a avaliação de um índice e a conceituação como ótimo, bom, satisfatório, razoável ou deficiente só pode ser feita através da comparação com padrões.

É importante salientar que calcular os índices e elaborar a análise quantitativa é somente o primeiro passo de uma análise das demonstrações financeiras. Um relatório que apresentasse dados em vez de informações não seria um bom relatório, pois transforma um tipo de dado encontrado nas demonstrações em outros dados, o que para o leitor pouco, ou nada valem. Por este motivo é que se torna necessário que o analista tenha esta capacidade de interpretação, para então elaborar o relatório da análise.

4.2 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITO

A análise de demonstrativos contábeis constitui trabalho de importância significativa, a ser desenvolvido para fins de determinação de crédito. Embora o limite de crédito seja decorrência de um somatório de fatores e não apenas um número obtido com base neste balanço, constitui instrumento de fundamental importância no processo de concessão de crédito.

Segundo SCHRICKEL (2000), a análise de peças e demonstrativos contábeis é uma parte importante e nunca desprezível da análise de crédito, pois permite lidar com questões quantitativas objetivamente verificáveis. SCHRICKEL (2000) enfatiza sua opinião sobre a importância da contabilidade na análise de crédito: *“Talvez o balanço geral da empresa represente apenas 10% ou até menos, de uma decisão de crédito, porém, são 10% importantes no conjunto da decisão. E realmente índices por si só não dizem nada, mas uma análise criteriosa do que existe por trás de cada índice pode nos trazer muitas conclusões valiosas”*.

Todas as demonstrações contábeis podem ser analisadas, neste trabalho, será concentrado o estudo na análise de índices econômicos e financeiros, extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, com ênfase nas principais técnicas de análise para uma rápida e segura opinião sobre a liberação ou não do crédito.

4.2.1 ANÁLISE FINANCEIRA

É o estudo da liquidez que expressa a capacidade de pagamento que há na empresa, ou seja, suas condições financeiras de cumprir no vencimento todas obrigações assumidas. Vê-se ainda, o equilíbrio financeiro e sua necessidade de investimento em capital de giro.

Os principais indicadores da análise financeira para a liberação de crédito são os índices de liquidez e de endividamento.

4.2.1.1 Índices de Liquidez

Medem a capacidade de a empresa satisfazer suas obrigações de curto prazo na data de vencimento, ou seja, refere-se à solvência da situação financeira global da empresa. Embora não seja a melhor definição, costuma-se dizer que os índices de liquidez medem o quanto a empresa tem para cada unidade monetária que ela deve. Os principais índices de liquidez são:

- **Liquidez Geral:** é calculado a partir da divisão da soma dos ativos circulante (AC) e do subgrupo, localizado dentro do Não Circulante, realizável a longo prazo (RLP) pela soma dos passivos circulantes (PC) e passivos não circulantes (PNC). Sua função é indicar a liquidez da empresa no curto e longo prazo. Uma observação importante é que alguns valores registrados no RLP podem ser de difícil realização na prática, como, por exemplo, determinados depósitos judiciais, os quais deverão ser excluídos do cálculo. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

- **Liquidez Imediata:** índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação a curto prazo da empresa. Interpretação: quanto maior, melhor, sendo ideal se igual ou superior a 1.

$$ILI = \frac{Disponível}{PC}$$

- **Liquidez Corrente:** calculada a partir da razão entre os direitos a curto prazo da empresa (caixa, bancos, estoques, clientes) e a as dívidas a curto prazo (empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante. O crescimento exagerado das contas a receber, principalmente quando ocasionado por aumento de inadimplência, ou ainda, o crescimento dos estoques, devido a falhas em linhas de produção ou obsolescência, devem ser expurgados do cálculo desse índice. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

- **Liquidez Seca:** tem como objetivo apresentar a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo, sem levar em conta os estoques, que são considerados como elementos menos líquidos do ativo circulante. Após retirarmos os estoques do cálculo, a liquidez da empresa passa a não depender de elementos não monetários, suprimindo a necessidade do esforço de venda para quitação das obrigações de curto prazo. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$ILS = \frac{AC + Estoques}{PC}$$

4.2.1.2 Índices de Endividamento

Estes indicadores permitem analisar a posição de endividamento e capacidade de uma empresa em gerar caixa suficiente para o pagamento de juros e principal de suas dívidas, sendo calculados com base em valores extraídos do Balanço Patrimonial. A análise deste indicador por diversos exercícios mostra a política de obtenção de recursos da empresa. Isto é, se a empresa vem financiando o seu Ativo com recursos próprios ou de terceiros e em que proporção.

O Ativo (aplicação de recursos) é financiado por capitais de terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) e por capitais próprios (Patrimônio Líquido). Portanto, capitais de terceiros e capitais próprios são fontes (origens) de recursos. Não há dúvida de que é muito interessante trabalhar mais com capitais de terceiros que com capital próprio. Essa tendência é acentuada quando a maior parte do capital de terceiros é composta de “exigíveis não-onerosos”, isto é, exigíveis que não geram encargos financeiros explicitamente para a empresa. Por outro lado, uma participação de capitais de terceiros exagerada em relação ao capital próprio torna a empresa vulnerável a qualquer intempérie. Normalmente, as instituições financeiras não estarão dispostas a conceder financiamentos às empresas que apresentarem esta situação desfavorável.

Na Análise do Endividamento há necessidade de detectar as características do endividamento da empresa:

a) Empresas que recorrem a dívidas como um complemento de Capitais Próprios para realizar aplicações produtivas no seu Ativo (ampliação, expansão, modernização, etc.). Este endividamento é sadio, mesmo sendo um tanto elevado, pois as aplicações produtivas deverão gerar recursos para saldar o compromisso assumido.

b) Empresas que recorrem a dívidas para pagar outras dívidas que estão vencendo. Por não gerarem recursos para saldar os seus compromissos, elas recorrem a

empréstimos sucessivos. Permanecendo este círculo vicioso, a empresa será uma séria candidata à insolvência e, conseqüentemente, à falência.

A análise da composição do endividamento também é bastante significativa para saber se os compromissos assumidos são a curto prazo (normalmente utilizados para financiar o Ativo Circulante) ou a longo prazo (normalmente utilizado para financiar o Ativo Não Circulante). A proporção favorável seria a de maior participação de dívidas a longo prazo, propiciando à empresa tempo maior para gerar recursos que saldarão os compromissos.

Se a composição do endividamento apresentar uma significativa concentração no Passivo Circulante (curto prazo), a empresa poderá ter reais dificuldades num momento de reversão de mercado, o que não aconteceria se as dívidas estivessem concentradas no longo prazo. Em uma eventual crise, ela terá poucas alternativas: vender seus estoques a qualquer preço, ou mesmo assumir novas dívidas em curto prazo que, certamente, terão juros altos, o que aumentará as despesas financeiras. Se a concentração fosse a longo prazo, a empresa, num momento de revés, teria mais tempo se reestruturar, sem necessidade de desfazer-se dos estoques a qualquer preço.

- **Participação de Capitais de Terceiros:** revela qual a proporção existente entre capitais de terceiros e capitais próprios, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos próprios. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. Já sob o prisma de obtenção de lucro, MATARAZZO (2003) afirma que pode ser vantajoso para a empresa trabalhar com capitais de terceiros, se a remuneração paga a esses capitais de terceiros for menor que o lucro conseguido com a sua aplicação nos negócios. Todavia, o índice de Participação de Capital de Terceiros deve ser interpretado sob o ponto de vista financeiro para se detectar o risco de insolvência, e não em relação ao lucro. Interpretação: quanto maior, pior.

$$PCT = \frac{PC + PNC}{PL}$$

- **Participação de Capitais Próprios:** este quociente mostra quanto no ativo está financiado por capitais próprios. Permite conhecer diretamente a expressão relativa do capital próprio dentro do conjunto de valores que compõe o ativo. Interpretação: representa a quantidade de capital próprio.

$$PCP = \frac{PL}{Ativo}$$

- **Composição de Endividamentos:** indica quanto da dívida total da empresa deverá ser paga no curto prazo. Este índice é uma medida da qualidade do passivo da empresa, em termos de prazo. Compara o montante de dívidas no curto prazo com o endividamento total, além de mostrar as características da empresa quanto ao vencimento das dívidas, portanto, o fato isolado de a dívida estar concentrada no curto prazo não é, necessariamente, um fator negativo. É preciso conhecer a estrutura geral da empresa analisada quanto à sua participação de capitais de terceiros, sua capacidade de geração de recursos e mesmo sua condição de renovar a dívida de curto prazo junto aos credores. Interpretação: quanto menor, melhor.

$$CE = \frac{PC}{PC + PNC}$$

- **Imobilização do Patrimônio Líquido:** revela qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada ou que não está em giro, ou seja, o quanto do Ativo Não Circulante da empresa é financiado pelo seu Patrimônio Líquido, evidenciando, dessa forma, a maior ou menor dependência de recursos de terceiros para manutenção dos negócios. O ideal em termos financeiros é a empresa dispor de Patrimônio Líquido suficiente para cobrir as inversões permanentes em investimentos e imobilizado, classificadas no grupo do Não Circulante e ainda sobrar uma parcela suficiente para financiar o Ativo Circulante. Interpretação: quanto maior, pior.

$$IPL = \frac{ANC}{PL}$$

4.2.2 ANÁLISE ECONÔMICA

É uma avaliação da rentabilidade e lucratividade do desempenho da empresa, observando o retorno sobre os investimentos realizados e a lucratividade apresentada pelas vendas. Na avaliação da lucratividade relativa às atividades da empresa são utilizados os índices de rentabilidade. Estes índices servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa. Os indicadores de rentabilidade medem a capacidade da empresa de transformar seu Ativo ou Patrimônio Líquido em lucro, o que em realidade é o objetivo principal da existência da própria empresa.

- **Giro do Ativo:** mostra quantas vezes a empresa recuperou o valor de seu ativo por meio de vendas em um período de um ano. Ele é bastante dependente do setor de atuação da empresa e sua análise deve sempre ser combinada com a análise de um ou mais indicadores de margens. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$GirodoAtivo = \frac{VendasLíquidas}{AtivoTotal}$$

- **Margem Líquida:** mede a eficiência e viabilidade da empresa, expressando o percentual de Lucro Líquido em relação às vendas líquidas de um exercício social. Também denominado de Margem Operacional, evidencia qual foi o retorno que a empresa obteve frente ao que conseguiu gerar de receitas. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$ML = \frac{LucroLíquido}{VendasLíquidas}$$

- **Rentabilidade do Ativo:** evidencia o potencial de geração de lucros por parte da empresa, isto é, quanto a empresa obteve de lucro líquido para cada real de investimentos totais. Mostra a eficiência da aplicação dos ativos e quanto lucro eles estão gerando. Através da regra de três, é possível identificarmos a quantidade de anos necessários para que haja o retorno do capital investido. Interpretação: quanto maior, melhor.

$$RA = \frac{LucroLíquido}{AtivoTotal}$$

- **Rentabilidade do Patrimônio Líquido:** mostra a relação de Lucro ou Prejuízo Líquido auferido relacionado ao montante total aplicado pelos acionistas. O cálculo da Rentabilidade do Patrimônio Líquido permite saber quanto a administração, através do uso dos ativos, obteve de rendimento com a respectiva estrutura de despesas financeiras, considerando-se o nível de relacionamento percentual entre o capital próprio e o de terceiros. Uma das grandes utilidades deste quociente está na sua comparação com taxas de rendimento de mercado, sendo possível, por esta comparação, avaliar se a firma oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

$$RPL = \frac{LucroLíquido}{PL}$$

5. CONCLUSÃO:

A Contabilidade deve servir não apenas como controle patrimonial ou para atender as exigências fiscais, mas como uma ferramenta gerencial. Com a aplicação das técnicas de análise apresentadas neste artigo, é possível a elaboração de relatórios que traduzam a situação econômico-financeira da empresa, podendo, assim, a tomada de decisões quanto à concessão de crédito ser mais segura.

Apurar ou calcular índices é uma tarefa bastante simplista, tendo em vista que as fórmulas já se encontram padronizadas. O que se precisa é meramente um conhecimento de matemática básica ou financeira e saber classificar e extrair as contas das demonstrações a fim de se aplicá-las às fórmulas, atividades estas estudadas em qualquer curso técnico ou superior de Contabilidade. O grande desafio do contador é justamente a análise ou interpretação destes cálculos ou dos índices extraídos.

A análise financeira e de balanços é uma das tarefas mais difíceis e complexas entre as inúmeras que os contadores possuem na missão de contribuir para o desenvolvimento das empresas. Muitas informações para a tomada de decisões estão nas demonstrações contábeis, a importância em se proceder a análise financeira e de balanços é de um grau de relevância extremamente alto. Para que se possa realizar a análise das demonstrações financeiras, é fundamental que o analista tenha pleno conhecimento das demonstrações contábeis, das técnicas de análise, de como elaborar e interpretar uma análise, enfim, dos conceitos que foram especificados no presente artigo. Com base nos fatos ocorridos é possível projetar os fatos futuros, avaliando os ocorridos e os projetados ou orçados.

Deste modo, a análise elaborada com o maior número possível de informações é de grande valia para a tomada de decisões. Não havendo um modelo padrão ou um modelo ideal para elaborar uma análise, e sim quanto maior a quantidade e a qualidade das informações maiores serão os subsídios para que os gestores possam avaliar, comparar, projetar e tomar decisão. Com embasamento teórico, e em entendimento com a opinião de diversos autores é possível sim, através da análise de índices extraídos das demonstrações contábeis, traduzir a situação econômica e financeira de uma empresa no momento da solicitação do crédito. Agora se compreende que os índices por si só, não dão suporte total para uma tomada de decisão, apenas minimizam o risco da instituição

financeira, portanto, com uma objetiva interpretação dos principais índices a análise tem condições de evidenciar o risco que o banco irá correr na concessão do crédito.

Com este estudo foi possível observar que estas análises mais detalhadas são utilizadas pelas instituições financeiras apenas para a concessão de crédito para médias e grandes empresas, pois as informações contábeis das micro e pequenas empresas contribuem apenas com uma pequena parte na determinação do risco de crédito, não se assemelhando às grandes empresas, em que a informação contábil possui maior peso na determinação do risco. Nas empresas menores, a elaboração de demonstrações contábeis é realizada apenas para efeito fiscal, sem a efetiva qualidade necessária devido ao desconhecimento por parte dos proprietários dos benefícios da escrituração contábil e da elaboração de demonstrações contábeis para a gestão dos negócios. Outro fator importante é que essas demonstrações não são submetidas ao processo de auditoria externa.

Portanto, busca-se uma maior contribuição das Ciências Contábeis e de suas demonstrações para a análise de crédito das micro e pequenas empresas, assim como esta ciência tem contribuído para as grandes empresas. A Contabilidade funcionando como um sistema de informações deve ser melhor explorada, nosso grande desafio como contadores é contribuir para uma boa gestão dessas informações, procurando evidenciá-las da melhor forma possível e despertando nelas confiabilidade e credibilidade, prezando sempre pela ética e eficiência na nossa profissão.

USE OF FINANCIAL STATEMENTS FOR THE GRANTING OF A BUSINESS CREDIT BANK

ABSTRACT

The global economic crisis, stemming from the U.S. subprime market problems highlighted how important is to make a risk analysis for credit granting. An efficient economical-financial survey on the credit requesting company has a major importance for the successful return of borrowed capital in a scenario with high default rates. As a key-part to a successful economical-financial analysis is the use of financial statements for index and information generating to backup the decision of giving bank credit or not.

KEYWORDS: Credit Analysis – Credit Bank – Credit Granting – Credit Risk – Financial Statements Analysis

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS: UM ENFOQUE ECONÔMICO – FINANCEIRO: COMÉRCIO E SERVIÇOS, INDÚSTRIAS, BANCOS COMERCIAIS E MÚLTIPLOS.** São Paulo: Atlas, 2006.

ÁVILA FILHO, Francisco. **MANUAL DE ANÁLISE AVANÇADA DE CRÉDITO.** São Paulo: IBCN, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Financeiro Nacional. **RESOLUÇÃO Nº 2.682,** de 21.12.1999.

BARALDI, Maria Regina. **MANUAL DE POLÍTICA E PROCESSO DECISÓRIO DE CRÉDITO.** São Paulo: IBCD, 1990.

BLAT, Adriano. **ANÁLISE DE BALANÇOS – ESTRUTURA E AVALIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.** São Paulo: Makron Books, 2001.

DROMS, Willian G. e PROCIANOY, Jairo L.. **FINANÇAS PARA EXECUTIVOS NÃO-FINANCEIROS.** Porto Alegre: Bookman, 2002.

DUARTE Jr. Antonio Marcos. **A IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS.** Revista Resenha BM&F, São Paulo, n. 133, julho/agosto 1999.

FIFECAFI. **MANUAL DE CONTABILIDADE DAS SOCIEDADES POR AÇÕES.** São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **ANÁLISE DE BALANÇOS.** São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence J.. **PRINCÍPIOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**. São Paulo: Harbra 2002.

LEMES JR., Antonio Barbosa; CHEROBIM, Ana Paula; RIGO, Cláudio Miessa. **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA; FUNDAMENTOS E PRATICAS BRASILEIRAS**. Rio de Janeiro. Campus, 2002.

MARION, José Carlos. **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – CONTABILIDADE EMPRESARIAL**. São Paulo: Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. **ANÁLISE FINANCEIRA DE BALANÇOS**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, José Odálio dos. **ANÁLISE DE CRÉDITO: EMPRESAS E PESSOAS FÍSICAS**. São Paulo. Atlas, 2003.

TORRES, Cláudio de Oliveira. **MANUAL DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO**. São Paulo: IBCD, 1993.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **ANÁLISE DE CRÉDITO: CONCESSÃO E GERÊNCIA DE EMPRÉSTIMOS**. São Paulo: Atlas, 2000.